



H  
A  
B.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

----- ACTA N.º 01 / 2020 -----

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

--- DATA: Vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte -----

--- LOCAL: Sala de Sessões da Assembleia Municipal -----

--- INÍCIO: Vinte e uma horas e doze minutos -----

--- ENCERRAMENTO: Vinte e três horas e quinze minutos -----

--- PRESIDIU: Maria Clara Soares dos Reis de Almeida Bastos -----

--- 1ª SECRETÁRIA: Márcia da Silva Lopes -----

--- 2ª SECRETÁRIA: Bruna Silva Soares -----

--- MEMBROS PRESENTES: -----

--- PARTIDO SOCIALISTA: -----

--- Maria Clara Soares dos Reis de Almeida Bastos, Rodolfo António Teixeira D. Andrade Oliveira, Leonardo da Silva Martins, Sandra Cristina Silva Oliveira, Ana Rita Pinho Pereira, Artur Ventura Ribeiro Nunes, Márcia da Silva Lopes, José Augusto Oliveira Alves, Pedro Emanuel Tavares da Costa Santos, Pedro Miguel Resende Fernandes, Susana Mª Reis Santos Lima Bastos Gomes e, Helena Teresa Anunciação Couto (Presidente da Junta de Freguesia) -----

--- COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP: -----

--- Gonçalo Resende Fernandes, Pedro Nuno Mourato Baptista Gual, Manuel Luis de Almeida, Paulo Jorge Barreira Marques, Bruna Silva Soares e, João Bernardo Ferreira Neves. -----

--- COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA: -----

--- Jorge Manuel de Resende Cortez. -----

--- MEMBROS PRESENTES DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Jorge Manuel Rodrigues Vultos Sequeira -----

--- VEREADORES: Paulo César Lima Cavaleiro (Coligação PPD/PSD.CDS-PP), Irene Maria Silva Guimarães (PS), António Manuel da Cunha Oliveira (PS), Dulce Mª Azevedo de Pinho Santos (Coligação PPD/PSD.CDS-PP), José Nuno Lopes Dias Vieira (PS) e, Maria do Rosário Rodrigues Gestosa (PS). -----

--- Dando início à Sessão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal saudou todos os presentes e de imediato procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

----- **ORDEM DE TRABALHOS** -----

**1 - Período de Intervenção do Público**

**2 - Período da Ordem do Dia**

**2.1 - Requerimento da deputada municipal Teresa Maria de Pinho Oliveira – Suspensão de Mandato;** -----

**2.2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Autorização para a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento das obras de requalificação do JI/EB1 de Fundo de Vila, até ao montante de 450.000,00 euros”;** ----

**2.3 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Autorização para a contratação de empréstimos de médio e longo prazo à Linha BEI PT/2020 - Autarquias, com o montante global de até 813.976,21 euros”;** -----

**2.4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Adenda ao Contrato-Programa de 2019 entre o município de S. João da Madeira e a Habitar S. João, E.M. – Empresa Municipal de Habitação”;** -----

**2.5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento do Programa de Apoio à Esterilização de Cães e Gatos”;** -----

**2.6 – Requerimento do Deputado Municipal Jorge Manuel de Resende Cortez (CDU) – Discussão e votação de uma moção da CDU sobre as portagens na A29 e na A32.** -----

--- Seguidamente, passou-se ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 1** -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- **PEDRO RODRIGUES** - No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Resido na rua António Sérgio, na Mourisca, venho falar de um problema que existe na comunidade daquela zona, em que 90% são pessoas idosas, já vivemos lá há muitos anos e agora estamos com dificuldades no acesso aos ecopontos para reciclagem. Estou habituado a fazer a reciclagem desde 1980, agora está a ser um problema para mim e para os meus amigos, porque passaram os contentores para um espaço atrás dos prédios que fica bastante distante, estão entre os 2 prédios de habitação da polícia, na rua da Mourisca, quero propor ao senhor Presidente para colocar os contentores dos ecopontos naquele terreno que pertence à Câmara, mesmo ao lado da



10 BS  
na

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

paragem do autocarro, basta fazer uma pequena escavação e colocá-los lá. Esta minha sugestão é porque agora temos que descer as escadas para chegar aos contentores, estou a ficar incapacitado, falo por mim e pelos meus vizinhos, pois o que acontece neste momento é que os meus vizinhos metem tudo dentro de contentor do lixo normal, porque não querem descer as escadas. Eu compreendo que onde os ecopontos estavam estorvavam, mas penso que a solução poderá ser assim como eu disse. Outra coisa, no tempo da campanha eleitoral, falei com o Senhor Presidente, até está aqui a minha prima que é testemunha, pedi para que fizessem um pequeno caminho junto ao muro da escola em direção à capela, lembra-se disso? Um acesso para as pessoas mais idosas e que têm dificuldade em descer aquela rampa, se quiserem, podem ir lá 10 minutos antes de começar a missa e vêem o que estou a dizer, é uma calamidade, um perigo terrível, julgo que com um bocadinho de madeira se fazia ali o acesso à capela, assim evitava-se que alguém se magoe. São estas 2 ideias que eu venho propor ao Senhor Presidente, para o bem dos habitantes daquela zona, pois a maioria já anda perto dos 70 anos de idade.-----

--- **ANA COUTO** – No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Moro na Avenida do Brasil, hoje pretendo homenagear uma grande senhora da nossa cidade, a D. Teresa Maria de Pinho Oliveira, conhecida por D. Teresa da ANI de S João. Obrigado D. Teresa, não podemos falar da causa animal da cidade sem a referir, lembro-me de quando ia às reuniões de Câmara do antigo executivo para ouvi-la falar sobre o albergue de animais, para os animais que vivem nas ruas, sobre o primeiro OPM ganhador em 2014, sempre a lutar por uma nobre causa que não existe na nossa cidade, sobre a qual os partidos eleitos nunca se interessaram, nunca referiram e que não é acarinhada pelos jornais da cidade, tirando alguns "gostos" nas redes sociais, esta causa não existe, obrigado D. Teresa pelo que fez e faz pelos nossos animais, só alguém com grande sensibilidade, compaixão, empatia, amor, lutaria tantos anos por uma causa que enfrenta mentalidades, paradigmas e indiferença. Não é fácil, obrigado pelo amor dedicado todos estes anos aos nossos animais, seres a que a maioria de nós vira o rosto e teima em não entender, mas, quando não sabemos cuidar destes seres e, pela minha experiência de vida, também não sabemos certamente cuidar do ser humano, disso tenho a certeza. Um dos seus sonhos era a conclusão do albergue, sei que o poder político que governa a nossa cidade me dirá, já foram gastos 100 mil euros, foram feitas mais boxes, mais não sei o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

quê, mas não se deram ao trabalho de verificar ao vivo e a cores que, apesar de tanta riqueza, as condições de vida daqueles seres são duras e pouco dignas, de verificar também como estes seres, apesar de tudo, são gratos, meigos e felizes, lamento profundamente que esta situação se mantenha apenas e só por uma questão de agenda, que eu não sei o que é, quando lá forem visitá-los e sentirem as suas dificuldades, não me esquecerei que é só mais algum tempo, o tempo da agenda dos senhores que nos governam, tenho contudo, esperança que a tal agenda chegue rápido, obrigado D. Teresa, obrigado "ANI S. João" bem hajam! -----

--- **MANUEL NEVES** - No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Vou falar sobre a questão dos serviços públicos de abastecimento de água, são serviços essenciais, têm deveres de informação e padrões de qualidade bem definidos, a empresa com as competências que todos devem conhecer, deveria prestar um serviço com um elevado padrão de qualidade, incluindo o grau de satisfação dos utentes, especialmente, quando a fixação do preço varia em funções desses padrões. Os prestadores de serviços públicos têm de informar o consumidor das condições em que o serviço é fornecido, prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, incluindo as taxas e tarifas aplicáveis pelos serviços prestados. Neste sentido, gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre a nova taxa de recursos hídricos e, dizer que foi na reunião de Câmara do passado dia 7 de janeiro que o senhor Presidente da Câmara informou que a empresa municipal, a partir deste mês, iniciaria a aplicação duma taxa denominada TRH sobre os consumos efetuados, salientar que o decreto-lei que foi aprovado em 2008, recai sobre os recursos hídricos. Os partidos políticos que estiveram no poder no nosso burgo nos últimos 16 anos venderam a ideia de que não fazia sentido estarmos a pagar diversas taxas e tarifas relacionadas com o serviço de abastecimento de água, em 2004 fundiram o preço a pagar apenas numa única tarifa, neste sentido, gostaria de saber o seguinte: nos últimos anos foi pago à Agência do Ambiente os valores devidos relacionados com a TRH? Ao isolar os valores devidos por esta taxa e, acho muito bem senhor Presidente para nós sabermos quanto pagamos para se fazer face às despesas com os recursos hídricos nacionais, acho muito bem que cada sanjoanense saiba agora quanto é que paga relativamente a esta taxa, mas não acha que deveria diminuir em proporção o valor na tarifa única? Será que não é possível diminuir o valor a pagar por essa tarifa? Acho que me fiz entender! Ouviu a posição dos sanjoanenses sobre isto? Gostaria também de



BS  
12

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

saber se vamos pagar a TRH a duplicar? "O movimento pela nossa água" considera que qualquer alteração tarifária pela introdução de qualquer tipo de taxa ou tarifa, devidamente aprovada, apenas produzirá efeitos após aprovação e comunicação aos utilizadores dos serviços, recomendando que seja assegurado um intervalo de 15 dias entre a sua comunicação/publicação e a entrada em vigor e que seja enviada informação sobre a alteração juntamente com a 1ª fatura subsequente à aprovação, isto faz parte da recomendação tarifária nº 1 de 2009, nesse sentido, entende-se que a aplicação com retroativos da referida taxa e muito menos em data anterior à comunicação aos utilizadores dos serviços, não deve ser aplicada com efeitos retroativos, mas sim com um afastamento de 15 dias para a sua comunicação e divulgação nos meios de comunicação e editais, neste mesmo sentido, tem-se pronunciado a Provedoria da Justiça. Senhor Presidente, tenho aqui 2 faturas que demonstram que essa taxa foi aplicada anteriormente à data em que o senhor Presidente comunicou, mais, sabemos que há sanjoanenses a pagar essa taxa e outros não, acho que é uma questão que realmente devia merecer a sua atenção e o seu esclarecimento. Na última sessão manifestou vontade de que devíamos marcar para falar consigo, mas queria dizer-lhe que nós aguardamos pacientemente há 2 anos para sermos recebidos, para podermos apresentar todos os elementos que temos. Quando quiser senhor Presidente, já marquei com a sua secretária, tenho vários pontos agendados para serem debatidos.-----

**--- JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse:

--- Vou começar por responder ao senhor Pedro Rodrigues, saudá-lo por fazer reciclagem sistematicamente e desde 1980, quero parabenizar o seu comportamento ecologicamente responsável, dizer-lhe que o seu exemplo e preocupação devem ser seguidos por todos os sanjoanenses. Quanto à questão que colocou da deslocação dos ecopontos, recentemente foram recolocados alguns ecopontos e aumentámos o número, vou verificar em concreto o que é que foi feito na rua António Sérgio, vou ver exatamente o que é que se passou para tentarmos encontrar uma solução que seja confortável para os senhores moradores, tomei nota do que disse, vamos verificar e depois veremos se encontramos uma solução mais cómoda e que cumpra o objetivo dos ecopontos. Nos últimos de 2 anos, subimos substancialmente o número de ecopontos em São João da Madeira, neste momento temos 115 que é um número superior à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

média verificada no nosso país, isso é muito importante para a nossa cidade, agradeço a sua intervenção e vamos verificar se é possível encontrar uma solução que lhe permita continuar a fazer reciclagem. A questão do caminho que falou, junto à escola João da Silva Correia e de acesso à capela do Parrinho, queria dizer-lhe que essa obra já foi adjudicada e vai ser feita, já está lá o estaleiro montado, era uma pretensão de muitos moradores daquela zona, vão ser feitos 3 caminhos que estão institucionalizados e que são utilizados, vamos criar condições de conforto e de segurança na utilização desses percursos que já são utilizados pelas pessoas, justamente, porque na campanha eleitoral nos apercebemos disso e ouvimos o senhor Pedro e outras pessoas. Essa obra já está contratada a um empreiteiro e vai começar brevemente, também agradecemos a sua sugestão para fazer esta obra que é, de facto, necessária.-----

--- Relativamente à intervenção da senhora Ana Couto, quero dizer que me associo, naturalmente, à saudação que fez à D. Teresa, convidéi-a para integrar as listas do Partido Socialista, tive a honra de ela aceitar o nosso convite, infelizmente e, por razões de saúde, impediram-na de prosseguir com o seu mandato, esperamos todos que a D. Teresa continue no futuro ter saúde e a defender os princípios e valores pelos quais tem lutado. Quanto à avaliação que fez sobre a nossa atenção à causa animal, aí não posso concordar consigo, este município tem tido muitas iniciativas a respeito da valorização dos animais, indo ao encontro das alterações legislativas que se verificaram no nosso país e do sentimento de muitos cidadãos que valorizam a causa animal, aliás, nesta Assembleia Municipal, temos um ponto da Ordem de Trabalhos que é a aprovação de um regulamento municipal de apoio à esterilização, já aprovámos o regulamento municipal para criar a figura do provedor dos animais, temos tido outro tipo de iniciativas no quadro da Associação de Municípios, está neste momento em construção um parque de matilhas, brevemente irei visitar essa obra que estará pronta porventura em março, são 250 metros quadrados de perímetro vedado, com alojamento para os animais e com equipamentos de recreio para que os animais façam atividades lúdicas, ampliámos o nosso canil municipal, eu creio que a atenção dada à causa animal tem sido muito importante no nosso município. -----

--- Relativamente à intervenção, que também agradeço, do senhor Manuel Neves, queria dizer que a TRH é uma taxa do estado e que está prevista na lei, cabia à empresa cobrar, não se trata de uma receita da empresa ou da Câmara Municipal, é uma receita do Estado, a empresa serve



DS  
A 10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

apenas, nos termos que estão na lei, de entidade que faz a cobrança dessa taxa e que a entrega integralmente ao Estado, é uma taxa obrigatória que, por lei, deve ser repercutida nas faturas dos consumidores, aquilo que a empresa fez foi cumprir integralmente o que está na lei. Estamos a desenvolver um trabalho de integração da empresa no quadro das recomendações da ERSAR, no cumprimento da legalidade, este é um desses aspetos, aliás, o senhor bem disse que há um aspeto muito importante que é "cada pessoa saiba o que paga de TRH". Estamos também a trabalhar noutro aspeto muito importante, ainda hoje recebi uma comunicação da ERSAR a esse respeito, está praticamente finalizado, o contrato de gestão-delegada entre o município e a empresa que, entre outras coisas, vai ter uma estrutura tarifária nova, já temos um modelo pensado para cumprir as recomendações da ERSAR, estamos a trabalhar intensamente nesses aspetos para que a empresa cumpra os parâmetros legais integralmente e cumpra as recomendações da ERSAR. Relativamente à questão que disse da duplicação da taxa, não há duplicação, porque esta taxa assenta num princípio do poluidor-pagador, é uma taxa ambiental e quem mais consome água e utiliza o saneamento mais taxa tem de pagar, é uma taxa variável e não haverá duplicação, os consumidores não estavam a suportá-la, é obrigatória por lei, era absolutamente inevitável incluí-la na fatura, sob pena, do município e a empresa terem problemas sérios com as entidades reguladoras, não era possível não tomar esta decisão, nós decidimos tomá-la no início deste ciclo de faturação de 2019, estamos pura e simplesmente a cumprir a legalidade, quem mais consome e utiliza os recursos hídricos no quadro da utilização que é feita na sequência do tratamento das águas residuais, quem mais utiliza estas 2 dimensões, mais tem que suportar a taxa, é este o espírito da lei e da legislação comunitária, por isso, não é possível fazer qualquer operação de compensação da taxa com o preço aos consumidores, isso pura e simplesmente não é possível, quer nos termos legais, quer da própria filosofia desta taxa -----

--- Seguidamente, passou-se ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos. -----

----- PONTO 2 -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

**2.1 – REQUERIMENTO DA DEPUTADA MUNICIPAL TERESA MARIA DE PINHO OLIVEIRA**

**– SUSPENSÃO DE MANDATO; -----**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- **MARIA CLARA SOARES DOS REIS DE ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse:-----

--- A senhora deputada Teresa Oliveira apresentou um requerimento para suspensão do seu mandato, entretanto, e já depois de ter sido feita a Ordem de Trabalhos e enviadas as convocatórias, a D. Teresa enviou outro requerimento a solicitar a renúncia de mandato, portanto, solicito a esta Assembleia autorização para substituir este pedido de suspensão de mandato para o de renúncia de mandato, de acordo com o artigo 62º, nºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Municipal de São João da Madeira. Alguém quer fazer alguma intervenção neste sentido? -----

--- **JORGE CORTEZ / CDU** - No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse:-----

--- Pergunto se a renúncia de mandato está sujeita a discussão da Assembleia Municipal? -----

--- **MARIA CLARA SOARES DOS REIS DE ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse:-----

--- Eu apenas perguntei se alguém quer fazer alguma intervenção neste sentido, não estou a pôr a renúncia à discussão. -----

--- **JORGE CORTEZ / CDU** - No uso da palavra, disse. -----

--- Quando um membro da Assembleia apresenta uma renúncia de mandato, isso não tem nenhuma discussão, não passa de uma comunicação, é essa a minha interpretação da lei, se passarmos à situação de renúncia de mandato, a Assembleia já aceitou e transforma numa renúncia e isso não tem discussão.-----

--- **MARIA CLARA SOARES DOS REIS DE ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse:-----

--- Nós passámos à renúncia porque não houve votos contra nem abstenções, portanto, por unanimidade, passou-se à renúncia e não há declarações neste sentido, não é discussão o que eu propus, apenas se alguém queria fazer alguma declaração, não há mais nenhuma declaração a fazer, vamos passar então ao ponto seguinte, a renúncia é aceite por esta assembleia, de acordo com o Regulamento.-----

**2.2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE "AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO**





38. / 12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

**PARA FINANCIAMENTO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO JI/EB1 DE FUNDO DE VILA, ATÉ AO MONTANTE DE 450.000,00 EUROS”;** -----

**--- JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----

--- Creio que toda a documentação relativa a este empréstimo que foi aprovado em reunião de Câmara chegou à Assembleia. O banco selecionado e que apresentou as melhores condições foi o Santander-Totta, é um empréstimo a 12 anos que visa financiar uma importante obra de reabilitação dum edifício escolar, quero dizer que este concurso já está em andamento, 21 empresas já foram ao portal consultar o caderno de encargos, a abertura de propostas será no dia 4 de fevereiro, estamos a falar de uma reabilitação muito importante e profunda, no sentido de dotar aquela escola com condições melhores do que as que hoje existem, eu penso que é uma medida muito importante e peço à Assembleia Municipal que aprove a contratação deste empréstimo para podermos melhorar a nossa rede escolar.-----

**--- PEDRO GUAL / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Neste ponto, como é óbvio, vamos votar a favor, a situação criada por este executivo tem que ser solucionada, apenas peca por tardia, dado que já se arrasta no tempo, não podíamos deixar de vir aqui lembrar a trapalhada que deu origem a este pedido de empréstimo, até porque, o que aconteceu neste processo repete-se noutros locais, a adoção de medidas avulso, sem sentido estratégico, é uma constante na tomada de decisão deste executivo, diria mesmo, é o socialismo no seu estado puro, fazer sem olhar a meios, sem pensar nas consequências e, no caso concreto da escola de Fundo de Vila, tinha tido uma grande reabilitação em 2005 e, por diversas vezes, melhoramentos na sua funcionalidade, como por exemplo, a reabilitação da cantina, dos espaços exteriores, para não referir outras que foram entretanto feitas, depois, em final de 2019, foi aquilo que se sabe, sem estar integrada numa qualquer ação estratégica, o executivo decidiu mudar todo o telhado da escola. É certo que, mais tarde ou mais cedo tal seria necessário por ser em amianto, mas fazer a obra à entrada do inverno foi um ato de fé, não de engenharia, era mais do que previsível que poderia acontecer numa altura em que as autoridades de proteção civil tinham colocado o país em alerta vermelho por causa da tempestade Lesni, todos se prepararam para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

intempérie mas, na escola de Fundo Vila, decidiram retirar todo o telhado na véspera da tempestade! Como é óbvio, o resultado só podia ser desastroso e conduziu aquilo que todos conhecem e a degradação que daí advém. Um ano depois, aqui estamos para aprovar o empréstimo que, espero, irá pôr de novo a escola operacional e devolver a vida aos alunos que lá estudam, alguns dos quais já afirmaram com tristeza que nestas mesmas instalações não irão ter lá aulas, uma vez que, no ciclo que completa o ensino a escola esteve parada e, portanto, não cumpriu a sua missão, esperamos por isso que seja desta que seja possível devolver aos alunos de Fundo de Vila, aos professores e aos pais aquilo que é a sua verdadeira missão, que é ensinar e educar as crianças.-----

--- **RODOLFO ANDRADE / PS** - No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse: ---

--- Este ponto já foi aqui várias vezes reforçado pelo Partido Socialista, não é mais do que uma intervenção dentro de uma estratégia que esta Câmara tem para a educação e para os jovens, o executivo tem sido muito claro ao longo destes 2 anos, a estratégia é clara e há efetivamente uma estratégia, mas não há uma estratégia para uma escola ou para duas, há uma estratégia para a educação e virada para os jovens, há a requalificação da escola de Fundo de Vila, da Serafim Leite, o TUS gratuito, há medidas avulsas que foram tomadas de urgência porque pecaram por tardias e já há muito deviam ter sido feitas, como por exemplo, a retirada do amianto do telhado desta escola e, não temos a mínima dúvida de que este executivo tem uma estratégia, uma visão de futuro e preocupa-se de forma muito diferente daquilo que era habitual, esta é mais uma obra que ficará para a história de S. João da Madeira, que reforça a importância que este executivo dá à educação, é claramente, mais uma obra que denota a preocupação e as prioridades do senhor Presidente da Câmara que, obviamente, está no caminho certo.-----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----

--- Quero agradecer as intervenções que foram feitas e só gostaria de clarificar alguns pontos a respeito da intervenção do PSD. Na realidade, a 1ª intervenção que fizemos, ao contrário do que foi dito, estava integrada numa ação estratégica, nós assim que tomámos posse anunciámos um plano, que foi de retirar o amianto das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, o qual foi executado em 2018 e 2019. Já retirámos o amianto de 5 equipamentos da responsabilidade da



BS  
ff  
na

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

Câmara, foi neste plano, se quiser estratégico e tático, neste planeamento, que começámos pela escola Fundo de Vila, foi aliás, a 1ª escola da qual foi retirado o fibrocimento, porque isso corresponde a um princípio de precaução e prevenção e uma regra de saúde pública, portanto, é nesse quadro que aquela medida foi feita, em 2º lugar, é bom que fique claro, esta intervenção e reparação que vai ser lá feita, não vai ser para reparar os estragos provocados pela intempérie, não é rigorosamente nada disso que se trata, quero que isto fique bem claro, é uma intervenção profunda, que visa reparar patologias anteriores, tem também a intervenção de uma empresa de designer que vai tornar o ambiente interno da escola mais atraente e convidativo para a frequência das crianças, eu só queria deixar estes 2 esclarecimentos, estamos muito tranquilos, muito orgulhosos de ter iniciado este processo de retirada do amianto, penso que todos estão de acordo com isso, acho que é uma ação meritória do nosso município. No quadro de uma dessas intervenções e, por razões de urgência, também incluímos o pavilhão Paulo Pinto, como sabem, chovia no pavilhão, retirámos a cobertura e é neste enquadramento que esta intervenção acontece, nós vamos apresentar no dia 27 de janeiro à comunidade educativa o projeto com imagens para que as pessoas vejam como vai ser, é uma escola importante e do nosso ponto de vista, era aquela que reclamava de modo mais premente uma intervenção profunda, portanto, foi isso que foi feito, é neste quadro que a operação acontece, não subscrevo os adjetivos que proferiu, mas, enfim, compreendo que tenha a necessidade de os usar.-----

--- **JORGE CORTEZ / CDU** - No uso da palavra, disse:-----

--- É um investimento que a CDU apoia perfeitamente e considera necessário, votaremos a favor, não temos muito a dizer, só dois apontamentos em relação ao que disse, de facto, também estamos de acordo que a retirada do amianto teve peripécias de alguma infelicidade e descuido com essa intempérie que causou consideráveis danos no edifício, eu pude ver, mas nós consideramos que isso está ultrapassado, o ideal é que agora a obra corra bem. Por outro lado, dizer que se a obra correr mal não é por ter estratégia ou falta dela, toda a gente tem estratégia, acho que é difícil em politica não ter estratégia, pode ser melhor ou pior, mas ser nulo em relação à estratégia acho isso muito difícil, não por culpa do socialismo, pode ser por falta de eficácia, até diria mais para ser agradável, assim como a social-democracia não pode ser acusada de ineficácia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

ou de eficácia ou de falta de planeamento no desempenho de tarefas, neste caso de construção civil, porque eu também sou socialista, isto que fique bem claro, verdadeiramente socialista. ----

--- **PEDRO GUAL / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra, disse: -----

--- É claro que o regime socialista ou outra ideologia qualquer política não tem culpa de nada, as pessoas é que aplicam ou não as ideologias e as ações que entendem que devem tomar. No que respeita àquilo que o senhor Presidente disse, permita-me discordar porque, à semelhança do Eng.º Cortez, eu também fui lá ver, estou ali pertinho e faz parte do agrupamento onde trabalho. Fui ver a escola naquela altura, aquilo que me ocorre é, se não é falta de estratégia, então digolhe que é falta de planeamento, posso fazer essa correção e concordo que seja mais falta de planeamento do que de estratégia, agora dizer que aquela intervenção já estava prevista, não me parece que estivesse, pode ter sido uma infelicidade, acredito que sim, mas, por outro lado, aquela tempestade estava anunciada pelo menos com uma semana de antecedência, foi aquilo que eu disse na intervenção, enquanto que outros passaram o tempo a precaver-se da melhor forma possível, ali fez-se exatamente o contrário, além de não haver prevenção, foi retirado todo o telhado na véspera, tanto que não havia planeamento que, nessa altura em que foi retirado o telhado, todo o recheio ficou, e daí, os danos além de materiais no equipamento, paredes e no chão, também o recheio que lá estava ficou danificado porque não foi retirado, não havia planeamento nesse sentido, não pode vir dizer que já estava tudo previsto porque, se estava então é ainda um bocadinho mais grave, porque não foram acauteladas uma série de condições que deveriam ter sido.-----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----

--- Eu também fui à escola com os técnicos da Câmara Municipal, enfim, quem ouvir isto fica com a impressão de que nós, pura e simplesmente e o empreiteiro retirámos a cobertura, que não tinha nenhuma tela de proteção e que o material ficou todo destruído, mas, vou-lhe dizer, 2 ou 3 dias depois de ter passado o prazo que por lei as crianças e as pessoas não podem estar por causa da retirada do amianto, a escola funcionou normalmente por decisão da Câmara Municipal e da direção do agrupamento, esse cenário catastrófico que está aqui a descrever, pura e



BOM 12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

simplesmente não aconteceu, lamento, não aconteceu, se fosse assim, se o recheio tivesse sido todo destruído, se tivesse entrado ali uma trombada de água, se as mobílias tivessem andado a boiar, os computadores todos destruídos, esse cenário não aconteceu pura e simplesmente, o senhor está a tentar descrever uma coisa que não tem adesão à realidade, lamento, eu fui lá e acompanhei o processo, acho que não vale a pena criar essas ilusões, não foi assim como o senhor diz, as aulas retomaram o seu normal funcionamento, houve de facto uma intempérie fortíssima, a cobertura provisória funcionou e mais, nas salas de aula houve uma placa intermédia que não foi retirada, a ideia de que tudo ficou a céu aberto não é correta, eu não sei os termos técnicos porque não sou engenheiro, mas não foi assim, acho lamentável que queira passar uma imagem que não corresponde à realidade, já tivemos oportunidade de falar com a Associação de Pais e com todas as pessoas, de explicar exatamente o que aconteceu, há relatórios e isso não foi assim com essa dimensão catastrófica que tenta transmitir, com esse dramatismo, com essa ideia de grande leviandade e de incoerência. Repare, as pessoas que trabalham na Câmara são responsáveis, também têm filhos e netos nas escolas, as pessoas são cuidadosas e não fazem as coisas assim do pé para a mão.-----

--- **JORGE CORTEZ / CDU (Protesto)** - No uso da palavra, disse:-----

--- Eu quero fazer um protesto para poder esclarecer aquilo que foi dito pelos intervenientes que comigo intervieram nesta questão, apercebi-me que a gravidade que o senhor Presidente interpretou estas interpelações não era aquela que eu interpretei, eu disse que houve danos que estavam visíveis, fui à sala, houve locais onde entrou água, houve coisas estragadas, houve até a pavimento estragado, mas de facto, eu julguei que o Pedro Gual tinha dito mais ou menos isto, eu não disse que houve uma inundação do tamanho de 3 metros, a água não se acumulou tipo dilúvio, de facto, o material não andou a boiar, foi umas infiltrações que se deram, foi aborrecido, podiam-se ter evitado e foi só neste sentido.-----

--- **LEONARDO MARTINS / PS (Protesto)** - No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse:-----

--- Eu quero fazer um protesto sobre a intervenção do deputado Pedro Gual, tomo uma expressão sua para lhe responder de duas formas, em 1º lugar, adapto uma expressão sua "isto é o socialismo no seu melhor", desse ponto de vista "isto é o PSD no seu melhor", é pegar numa boa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

medida deste executivo, transformá-la e virá-la de tal maneira que até já parece que é uma má intervenção! Senhor Presidente, é uma boa intervenção, é necessária, nós também visitámos a escola antes deste episódio que estão a tentar referir, era uma escola que era evidente para todos que necessitava de uma intervenção, atrevo-me a dizer que, irresponsável não foi tirar a cobertura de amianto com a eficácia que se fez, porque o PSD às vezes diz que o executivo é muito lento a resolver os problemas e agora, o executivo foi muito rápido a tirar a cobertura de amianto! Ó senhor Deputado, para além da incoerência que está à vista de todos, digo-lhe uma coisa, irresponsabilidade foi do PSD não ter tirado todas as coberturas de amianto das escolas onde estudam os nossos jovens, isso é que foi uma injustiça, estou a redigir o meu protesto contra aquilo que o senhor deputado disse, vou agora efetivar outro protesto sobre a sua declaração, isto também é o socialismo no seu melhor, investimento público na escola pública de qualidade, com boas condições de infraestruturas, com qualidade de ensino, nós Partido Socialista dissemos que a educação era uma prioridade e está à vista de todos.-----

--- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.** -----

**2.3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE "AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO À LINHA BEI PT/2020 - AUTARQUIAS, COM O MONTANTE GLOBAL DE ATÉ 813.976,21 EUROS";** -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----

--- Como todos sabem a "Linha BEI PT/2020 - AUTARQUIAS" é gerida pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, tem como finalidade apoiar as entidades contratantes no financiamento da contrapartida nacional dos investimentos comunitários, está aqui em causa a contratação até este montante financeiro para financiar a contrapartida do município num conjunto de operações que têm financiamento comunitário até cerca de 85%, estamos a falar da reabilitação do mercado, da rede de ciclovias e do TUS. É um empréstimo a 15 anos, com 2 anos de carência, nos termos que estão previstos na lei, com uma taxa de spread francamente favorável, esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara, pedimos à



BS. J. N2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

Assembleia que nos autorize a contrair este financiamento, para que que estas obras sejam materializadas. -----

--- **PAULO BARREIRA / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse:-----

--- Esta Coligação durante a sua história de gestão autarca sempre se pautou por atrair investimento, encontrar soluções de financiamento, seja no privado ou pelo BEI, sempre com propostas de mais e melhor investimento público e a melhoria da qualidade de vida, com propostas e projetos que marcam a diferença na região e, portanto, no seguimento do plano estratégico do desenvolvimento urbano da cidade que se vai discutir, mediante os projetos anexos a esta proposta, não fugimos ao nosso ADN, vamos votar favoravelmente, mas gostaríamos de perguntar ao senhor Presidente, por curiosidade, para quando o início da execução? -----

--- **JORGE CORTEZ / CDU** - No uso da palavra, disse: -----

--- Este financiamento tem várias operações, o mercado municipal que achamos positivo e as outras 2 têm a ver com a rede do TUS a que nós nos opomos, nós utilizamos o TUS mas não costumo ver os autarcas que aqui estão a usar o TUS, eu costumo usá-lo com frequência, tem 2 ou 3 problemas, um resume-se à falta de pontualidade, os transportes públicos têm absolutamente necessidade de trabalhar com pontualidade, ao segundo, como se trabalha na Suíça e na Alemanha, não vejo aqui nenhuma medida nesse sentido, a gente tem de aguardar pela demora de 15/20 minutos, às vezes menos às vezes ainda mais e, às vezes, o TUS já passou, mas nós chegámos à hora prevista, eu fiz isto estatisticamente, muito raramente, o TUS não aparece porque houve um problema qualquer e não se comunica nada às pessoas, não vejo aqui medidas neste sentido. Outra preocupação, por vezes circulam camionetas que não têm nada a ver com o que seria razoável e não sei porquê, tirando isto, aparece aqui uma outra versão que não colhe o nosso apoio, as ciclovias, são muito importantes e o transporte de bicicletas dá-se com muita facilidade, de uma forma muito frequente e com muita importância nas zonas planas, pergunto aos senhores, para que vamos favorecer o transporte de bicicleta? Convido a todos para irmos de bicicleta desde a zona da Ponte até à Mourisca, ou seja, da cota mais baixa à mais alta da cidade, esta terra poderá ter algum futuro em bicicletas elétricas e isso não está assim tão em voga para se gastar 4 mil euros, quando, por exemplo, temos um problema de mobilidade grave



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

que são os passeios, estão péssimos, temos zonas perigosos onde as pessoas caem, onde as pessoas idosas têm que circular pela beira da rua e vamos gastar em ciclovias, até já verificámos porque já tivemos ciclovias, foi uma das coisas más, se fosse agora mauzinho, dizia mal da social-democracia, mas não sou, portanto, não foi da social-democracia, foi nos mandatos anteriores que fizeram uma ciclovia, eu não vi lá ninguém, eu às vezes era o único, por outro lado, estão com a ideia que lá vão andar os corredores, eles não querem a ciclovia para nada, esses querem é trepar, subir e fazer 100 quilómetros, S. João da Madeira não tem espaço para isso, portanto, se isto pudesse ser retirado daqui, este gasto da ciclovia não tem o apoio da CDU, mas o resto tem. -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----

--- Relativamente à 1ª intervenção, gostaria de dizer qual o estado de cada um dos processos, nas obras do mercado já temos o contrato assinado, o visto do Tribunal de Contas e já ocorreu a consignação da obra ao empreiteiro, muito brevemente, a obra estará no terreno, já estão a ser feitos trabalhos preparatórios, há intervenção no exterior e no interior. Relativamente ao TUS, já decorreu o procedimento, creio que vamos assinar o contrato para a próxima semana com o empreiteiro que foi selecionado, aguardamos pelo visto do Tribunal de Contas. Relativamente às ciclovias, este procedimento já tinha sido lançado, numa 1ª fase os 4 concorrentes apresentaram erros e omissões significativos, anulou-se o procedimento, foi reaberto, está lançado já com as retificações necessárias, está a decorrer o prazo para apresentação de propostas. Quanto à intervenção da CDU, eu queria esclarecer que, esta empreitada tem a denominação de rede de ciclovias, mas não é apenas para ciclovias, enquadra-se num programa de mobilidade sustentável e tem também a mobilidade pedonal. Nesta intervenção, uma parte significativa é para passeios em zonas da cidade que não têm passeios: rua do Vale, que margina com o parque do rio Ul, toda a zona vai ter passeios e também uma intervenção, quem vem da rua do Vale e tem que cortar naquela rotunda que desce para a rua das Águas, corta à direita, para a rua Manuel Vieira Araújo, vai pelo parque de estacionamento do rio Ul até à rotunda da zona industrial, essa rua não tem passeios, vão ser feitos na parte contígua com o parque, mas, para se fazer o passeio vai ser feito um morro de contenção, uma obra significativa que tem o nome técnico de muro de gavião, a





BSA  
12

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

obra tem uma componente muito importante de passeios a pé, porque aquela zona é muito frequentada e, efetivamente, quem passa ali não tem passeios, queria tranquilizá-lo, não lhe sei dizer neste momento que percentagem do valor da obra se destina a passeios, mas é uma grande intervenção, vamos resolver o problema naquela zona da cidade, vamos também fazer uma estrutura importante para tornar o parque visitável a pé a partir da rua Vieira Araújo, a solução técnica passa por construir o tal muro de suporte de gavião, portanto, não é só a ciclovia que vamos fazer na rua do Vale, creio que vai ser importante, serve de estímulo para que as pessoas sejam convidadas e seduzidas para modos de circulação suave, a nossa cidade também tem que ter essa oferta dessa componente, para os cidadãos que o queiram e desejem, porque é absolutamente inevitável descarbonizar, estimular os cidadãos oferecendo alternativas, isso é inevitável e estratégico para qualquer cidade que queira ser sustentável, é neste quadro que esta intervenção é feita, o financiamento têm esse propósito e objetivo e, no fundo, esta dimensão de recuperação dos passeios naquela zona.-----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria com 12 votos a favor do PS, 6 votos a favor da coligação PSD/CDS e uma abstenção da CDU -----**

### **2.4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE "ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA DE 2019 ENTRE O MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA E A HABITAR S. JOÃO, E.M. – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO"; -----**

**--- JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----**

--- No início do ano passado esta Assembleia aprovou um contrato-programa entre a empresa e o Município de São João da Madeira, nos termos que estão previstos na lei do setor empresarial local, esse contrato previa a possibilidade da sua revisão e, fruto das necessidades que foram registadas ao longo do ano, verificou-se a necessidade de reforço do financiamento à empresa e o que propomos aqui, é uma adenda a esse contrato no sentido de consubstanciar um reforço ao financiamento. Como sabem, estava previsto uma transferência líquida de 60 mil euros, foi extremamente importante, mas, para se ter uma ideia em termos de empreitadas de reabilitação de apartamentos e encargos com partes comuns – coberturas, fachadas e pequenas reparações, este é um valor que ainda não é certo, a contabilidade ainda não está fechada, a Habitar teve um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

investimento de 140 mil euros, reabilitamos 36 apartamentos, foi um esforço financeiro muito importante mas muito necessário, para reduzir o tempo de espera das pessoas que estão em lista para ter habitação social, para reduzir o tempo na reparação dos próprios apartamentos, não há omeletas sem ovos, para que este objetivo tivesse sido alcançado, foram necessários meios de financiamento, eu acho que todos estamos de acordo que a habitação é uma prioridade e que este é um bom emprego dos meios públicos, torna-se necessário aprovar esta adenda para este reforço de cerca de 88 mil euros o qual teve esta aplicação por parte da empresa. -----

--- **PAULO BARREIRA / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra, disse: -----

--- Somos a favor da proposta da Câmara Municipal sobre a adenda ao contrato de 2019, no entanto, gostaríamos de aproveitar este ponto, até porque os assuntos são inerentes à Habitar e ao Município, senhor Presidente, ainda sobre a herança do anterior executivo, foram reabilitados 4 prédios e conseguiu-se financiamento para a realização de mais 7 edifícios de habitação social no Orreiro, é uma empreitada forte e um investimento que permite proporcionar um maior conforto e qualidade social, até na reabilitação dos 36 apartamentos que este executivo levou a cabo, contudo, não deve existir, na nossa opinião, diferenciação entre bairros e zonas de habitação social, se estivessemos no executivo teríamos isso em consideração, achamos uma prioridade reabilitar e requalificar essas zonas - Mourisca, Fundo de Vila, Parrinho, etc... por uma questão de igualdade e necessidade. O senhor Presidente falou há pouco sobre a remoção do amianto, eu pergunto, para quando a remoção do fibrocimento na habitação social, existe data para um levantamento das patologias desses prédios para que, mais tarde, a Câmara possa pensar em fazer aí um investimento? Falou há pouco da necessidade de ter uma resposta rápida na atribuição das habitações, levantam-se muitas dúvidas sobre os critérios de entrega das casas, tentei pesquisar também sobre isso e, se eu estiver errado ajude-me nesse sentido, no site da Habitar existe apenas uma deliberação datada de 09. 04.2018, e ainda, que o Regulamento municipal de habitação social se encontra em elaboração, até hoje eu não encontrei mais nada, agradecia que esclarecesse.-----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----



BSA 10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- Estamos a preparar a candidatura na sequência da aprovação da estratégia local de habitação ao "1º Direito", vamos também acelerar as reabilitações de apartamentos que não estão em condições de habitar e que vão sendo libertados ao longo do ano, como sabe, há contratos que cessam por falecimento e por várias ordens de razões, estamos a ter isso em conta. Em 2º lugar, no Bairro do Orreiro, na empreitadas dos 4 fogos, já foi retirado o fibrocimento, nós vamos também retirar o fibrocimento na empreitada dos 7 fogos, por outro lado, há prédios em que a Habitar não é proprietária única e a decisão de feitura de obras tem que ser uma decisão do condomínio, pois a Habitar tem os votos correspondentes à permissão das suas frações, mas é preciso ter o acordo de todos os condóminos, ou da maioria legalmente exigível, para que essas intervenções sejam feitas, não sei dizer quantas, mas já foram efetuadas reabilitações este ano, foram cerca de 14 mil euros em encargos com partes comuns onde a Habitar é condómino. No quadro do "1º Direito" e na dinamização da estratégia local de habitação, vamos tentar encontrar uma solução para os prédios onde a Habitar é meramente condómina e vamos tentar encontrar soluções para permitir uma intervenção, mas essa é uma matéria que está em análise e estudo, porque, como sabe, temos que conjugar a intervenção com os demais condóminos, mas essa questão não está esquecida, o nosso desejo é que haja igualdade de condições em toda a habitação social do Concelho. Neste momento, o nosso Município está a fazer um grande esforço nos prédios em que é o único proprietário e tem o dever de proporcionar boas condições aos seus inquilinos, até por ser uma entidade pública, está em curso uma grande operação com boa mobilização de recursos financeiros no quadro do "1º Direito", temos uma equipa externa a trabalhar connosco que está a dar apoio para podermos acelerar todos esses procedimentos. ---

--- **JORGE CORTEZ / CDU** (Pedido de esclarecimento) - No uso da palavra, disse: -----  
--- No quadro do "1º Direito", qual o número de novos fogos que a Câmara pensa vir a criar para a área da Habitar? -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----

--- Essa matéria ainda está em estudo, não lhe posso dizer um número definitivo, temos em cima da mesa, como eu já aqui anunciei, um despacho do Governo, para autorizar a venda à Câmara dos fogos da PSP e da GNR. Relativamente à PSP, já temos uma avaliação, tivemos reuniões com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

todas as entidades e, brevemente, terei uma nova reunião com a PSP para tentar finalizar o processo, penso que da GNR e da PSP são 44, é evidente que nós não podemos concentrar tudo num único orçamento, é uma estratégia a médio prazo, temos as candidaturas ao quadro do "1º Direito" que se fixam em 6 meses, apresenta-se a candidatura e depois só ao fim de 6 meses é que se pode apresentar outra candidatura até que se esgote o envelope financeiro. Estamos a montar a estratégia para tentar aproveitar ao máximo os recursos deste programa, mas depois temos que ter também os nossos recursos, acompanhar com a nossa parte, é nisso que estamos a trabalhar, neste momento, não consigo dizer exatamente qual é o valor dos fogos, nós estamos a estudar como resolver o problema da comunidade de etnia cigana, estamos a analisar como encarar esse problema, porque há habitações em condições péssimas, quando tivermos o trabalho terminado que está a ser feito por nós, por uma equipa externa e pela Habitar, então ele virá a esta Assembleia.-----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.** -----

### **2.5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE "PROJETO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS"; ---**

**--- JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----**

--- Este procedimento seguiu os trâmites legais, com o período de constituição de interessados, de consulta pública, neste 2º período de consulta pública não foi recebido nenhum contributo nos nossos serviços e, portanto, cabe agora a esta Assembleia decidir sobre o destino deste Regulamento que assenta nos seguintes princípios: Tem uma dotação orçamental anual definida, o envelope financeiro anual é de cerca de 5 mil euros, é um apoio para a esterilização animal para famílias carenciadas, os pedidos são apreciados pela nossa divisão de ação social e são despachados por ordem de entrada, se o envelope financeiro de um ano for suficiente para acolher todos os pedido, serão satisfeitos nesse ano, se não, transitarão para o ano seguinte, os pedidos serão despachados por ordem cronológica de entrada nos serviços e se a condição financeira de acesso estiver verificada, é feita uma análise Veterinária ao animal (cães ou gatos), a participação é feita pelo nosso município e a esterilização será feita no canil intermunicipal da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. Os objetivos deste Regulamento são de



B.S. / 182

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

controlo sanitário dos animais, estimular a melhoria de qualidade de vida das famílias, sensibilizar a população para a esterilização como método do controlo de reprodução e prevenção do aparecimento de doenças, são objetivos importantes, este Regulamento está em linha com as mais recentes políticas legislativas que o nosso país tem vindo a aplicar em matéria de política animal.-----

--- **JORGE CORTEZ / CDU** - No uso da palavra, disse: -----

--- É um assunto importante, a questão da esterilização, não porque eu seja defensor da causa animal, mas porque sou defensor do ambiente, do meio humano, das pessoas e dos seres vivos em geral e, nesta medida, lembro que foi o Partido Comunista Português quem propôs na Assembleia da República a lei que hoje impede o abate de cães e gatos, não sendo defensor de nenhuma causa animal em especial, sou defensor de outras causas onde os seres vivos têm papéis que se enquadram com fatores ecológicos, com o equilíbrio do ambiente, contudo, temos algumas dúvidas, acho bem que num prazo definido se reflita sobre a de forma como ele vai ser utilizado, porque as políticas sociais são importantes, onde constam os financiamentos para quem não pode ter animais possa ter apoios, se isto não for ponderado, pode ter efeitos prejudiciais, não comungo aquela ideia de que para ter um cãozinho temos que apoiar o pobrezinho, é preciso ter condições sociais para as pessoas em 1º lugar, estamos longe, muito longe de ter boas condições para a população sanjoanense, temos pessoas com muitas carências, nas questões animais, o Município tem que assumir as suas responsabilidades e ter alguma liberdade de ação, nesse aspeto não me oponho, mas cuidado, podem surgir alguns abusos, já fui vereador e tinha este problema, o que fazer com os animais, não havia solução porque a Câmara não estava disposta a fazer um canil, isto nos anos 80, tinha que se tirar os animais da rua e nem sempre se recorria às melhores soluções, foi este contacto com a realidade que levou o PCP a propor a lei que hoje impede o abate indiscriminado de animais, principalmente caninos. -----

--- **MÁRCIA LOPES / PS** - No uso da palavra e após saudar todos os presentes, disse:-----

--- Eu não era para intervir, mas depois de ouvir a intervenção do deputado Jorge Cortez decidi intervir, eu sou voluntária numa associação que alberga animais, é ANI Feira, conheço a D. Teresa da ANI-S. João há muitos e muitos anos, eu já fazia voluntariado sem pertencer à associação. Está-se a esquecer a parte social, as pessoas têm um animal mas não têm dinheiro, estamos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

falar em preços da esterilização num veterinário que é de 100 euros para gata, para a cadela depende do peso e pode chegar em certas clínicas a 200 euros, há pessoas que não têm dinheiro para essas coisas, ter um cão ou um gato e dar-lhe de comer, é fácil, muitas vezes usam os restos, o que acontece muitas vezes é que a cadelinha ou a gatinha vai lá fora e, com o cio, enchem, depois vem 10 cães, a lei que o PCP levou à Assembleia da República põe fim ao abate, obviamente que é boa, mas está a causar outro problema, os canis municipais estão cheios e o combate essencial é a castração e a esterilização, temos que ajudar aquelas pessoas que precisam, isto é uma questão de saúde pública, eu sei que quando se tem um animal tem que se pensar nisso antes, é verdade, mas se a pessoa já o tem, então podemos ajudar neste sentido, só queria vir esclarecer esta situação de perigo. -----

--- **JORGE CORTEZ /CDU** (Protesto) – no uso da palavra, disse:-----

--- Protesto só para dizer que estou completamente de acordo consigo, só chamei a atenção para os abusos, eu conheço uma família aqui bem perto de S. João da Madeira que tem não sei quantos gatos e cães, são dezenas, é preciso inteirar-se destes problema, de outros meios de intervenção, até procedimentos legais, não se vai abater e é melhor do que estar no canil, é preciso fazer avaliações em alguns casos. -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----

--- O Regulamento ponderou a questão que aqui esteve em discussão e, no seu artº 11, nº 1, estabelece um limite de 4 animais por agregado familiar apoiado, esta questão foi tida em conta, realço que o que está aqui em causa, aliás, o Regulamento enumera os seus objetivos, são também questões de saúde pública e de controlo dos animais, há aqui também um interesse público que subjaz a esta medida política, é neste quadro que recebemos essa questão que está aqui de algum modo, acautelada.-----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.** -----

**2.6 – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MUNICIPAL JORGE MANUEL DE RESENDE CORTEZ (CDU) – “DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE UMA MOÇÃO DA CDU SOBRE AS PORTAGENS NA A29 E NA A32”** -----

--- **JORGE CORTEZ /CDU** (Esclarecimentos) – no uso da palavra, disse:-----



BJJ  
M

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- A nossa opinião sobre isto é simples, são 2 conteúdos, a moção eventualmente peca por ter 2 assuntos que podem ser distintos, para nós as Scuts não deviam ser pagas, isto é uma exigência antiga, porque nem sequer são propriamente autoestrada, nem os seus perfis, de facto, têm o sinal de autoestrada, mas não são, inclusivamente têm um perfil de curvas e raios de curvatura que são inferiores àqueles que estão previstos para as autoestradas, a A29 tem um pequeno espaço em que se circula a 120, o resto é a 100 ou 80, chamar àquilo uma autoestrada é um pouco abusivo, para além disso, esta Scut assentou uma parte para norte sobre uma estrada que existia, anulando-a, é a 109, isto para nós é mais que claro. A A32 é uma autoestrada com pouca utilização, de facto, é uma autoestrada, tirando o pavimento que é fraco para ser autoestrada pois devia ser um pavimento poroso e mais liso, mas está demasiado cara em comparação com a A1, achamos que o preço devia ser revisto, são estas as nossas posições e é esta a moção que a gente apresenta. -----

--- **RODOLFO ANDRADE / PS** – No uso da palavra, disse: -----

--- Eu acho que não há ninguém que no seu perfeito juízo não gostasse de pagar menos impostos, menos taxas, é normal que assim seja, mas numa sociedade, num país, há situações que podem ou não fugir da estratégia que se tem para o futuro, para aquilo que temos pensado que é a sociedade ideal. Esta moção tem um objetivo concreto, eliminar as portagens na A29 e baixar os custos na portagem da A32, no entanto, há aqui alguns pressupostos que eu julgo que deveriam ser melhor explicados, não me parece de todo que os impactos tenham sido tão negativos, tão prejudiciais como esta moção pretende passar, mais importante que isto, é saber qual é a atual estratégia do Governo para os transportes e para a mobilidade no país. Não há memória de um investimento tão grande no que diz respeito a transportes coletivos no nosso país, de uma estratégia tão delineada, aliás, se nós estivermos atentos às notícias mais recentes, facilmente concluímos que a tendência nos países civilizados e desenvolvidos, nomeadamente na europa, é para penalizar cada vez mais o automóvel e o transporte individual, em detrimento do fomento do transporte coletivo. Portugal segue essas linhas e essa estratégia, também são várias as notícias que têm vindo a público do investimento que Portugal pretende levar a cabo nas ferrovias e nas respetivas máquinas, a conclusão é óbvia e clara, o esforço e a canalização dos meios financeiros é para o transporte coletivo, não havendo margem para levar a efeito aquilo que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

pretende com esta moção, porque não se pode levar a cabo uma redução na A29 e na A32, ou isto é estrategicamente viável e visível, porque não podemos pensar só nas autoestradas que nos servem, nós não podemos pensar o nosso país só com as vias que servem o nosso município, devemos sim pensar o nosso país com as vias que servem todo o país e perceber o impacto ambiental e financeiro que essas opções têm, isso aqui não é feito, nós revemo-nos claramente na estratégia que está a ser levada a cabo pelo Governo, não há memória de uma aposta tão grande no transporte coletivo, temos que construir para depois fomentar o seu uso, e aqui, pego até no caso das ciclovias, não porque temos que ter malta a andar de bicicleta para construir as ciclovias, não, nós temos é que ter as ciclovias para fomentar o uso da bicicleta, temos que criar meios para fomentar o uso do transporte alternativo, o uso do transporte coletivo, por questões de justiça social, ambientais e também, obviamente, por questões financeiras e económicas. Parece-me que esta é a estratégia e o caminho correto, não havendo a margem para levar avante estes 2 pontos que aqui se colocam, optando o Partido Socialista pelo caminho que achamos correto, que é a aposta e valorização do transporte coletivo, em detrimento do transporte individual e mais de prejudicial do ponto de vista ambiental.-----

--- **JORGE CORTEZ / CDU** – No uso da palavra, disse:-----

--- Proponho que a moção seja votada em separado, os 2 pontos de decisão sejam votados em separado, porque pode haver quem queira votar apenas num dos pontos.-----

--- **MARIA CLARA SOARES DOS REIS DE ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse: -----

--- Informou que a proposta foi aceite pela mesa.-----

**DELIBERAÇÃO: Ponto1-reprovada por maioria com 12 votos contra do PS, 6 votos contra da coligação PSD/CDS e um voto a favor da CDU.-----**

**Ponto2-reprovada por maioria com 12 votos contra do PS, 6 votos a favor da coligação PSD/CDS e um voto a favor da CDU.-----**

--- **RODOLFO ANDRADE / PS** - No uso da palavra, disse:-----

--- O Partido Socialista votou assim porque defendemos mais transportes coletivos, mais transportes amigos do ambiente, nomeadamente a ferrovia, defendemos a democratização da mobilidade das pessoas, isso é fundamental, defendemos também uma educação mais





B  
M

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

sustentável com menos transportes individuais, menos transportes poluentes e menos carros nas ruas do país. Este é o nosso pensamento e foi o que moveu o Partido Socialista no sentido de voto.-----

--- **JORGE CORTEZ / CDU** - No uso da palavra, disse:-----

--- Nós trouxemos esta moção e votámos a favor dos seus 2 pontos, porque somos favoráveis a mais ecologia, a melhor ambiente, a melhores transportes, a uma qualidade de vida melhor, a melhores meios, somos favoráveis a tudo isto, nós queremos que haja descarbonização, que se tomem medidas para que não se consuma tanta energia, queremos um grande investimento na ferrovia, que o ambiente se desenvolva com melhor qualidade, de facto, o transporte coletivo é sem dúvida importantíssimo, mas há tanto a fazer e fez-se ainda tão pouco nestes anos, tomaram-se medidas importantes que não podemos desprezar, mas estamos muito longe e, por isso, é que trouxemos esta proposta, é que votamos a favor, porque há muito por fazer, é uma injustiça a prática das portagens que está a ser aplicada em Portugal pela qualidade das autoestradas tipo Scut, porque elas não têm essa qualidade, é uma injustiça porque afeta o transporte de mercadorias e todos nós sofremos essas consequências, por isso mesmo, apesar de sermos a favor disso tudo, somos realistas, entendemos que se há tanto dinheiro para meter nos bolsos dos banqueiros, só o que se vai meter agora no Novo Banco, de certeza que podemos libertar as autoestradas.-----

--- **MARIA CLARA SOARES DOS REIS DE ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - No uso da palavra, disse:-----

--- Antes de passarmos à leitura da minuta da ata, gostaria de informar que está ponderada uma calendarização das nossas sessões ordinárias para o ano de 2020, a qual vos vou enviar, para que possam ter em conta aquilo que está previsto, à semelhança do que fizemos o ano passado. Evidentemente, poderá ser alterada, se for oportuno, não estão consideradas as sessões extraordinárias, é uma previsão de acordo com a legislação e a necessidade da realização das sessões ordinárias.-----

--- De seguida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs a leitura da Minuta da Ata-----

### -----APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----

--- Foi lido o teor da minuta e, não se registando intervenções, foi posta à votação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade -----**

--- E nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL *[Handwritten Signature]*

A PRIMEIRA SECRETÁRIA *Maria Silva Lopes*

A SEGUNDA SECRETÁRIA *Bruna Silva Soares*